



MUNICÍPIO DE AROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

N.º 43/2018

(Art.º 56.º da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro)

----- **MARGARIDA MARIA DE SOUSA CORREIA BELÉM**, Presidente da Câmara Municipal de Arouca: -----

----- Torna públicas, durante cinco dias, nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações tomadas por esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada no dia 22 de Maio de 2018 e que abaixo se transcrevem: -----

----- **I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- A senhora Presidente usou da palavra para: -----

----- **1.** Se referir à entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), informando que o Município está a preparar-se para cumprir as normas ali impostas, o que irá, obrigatoriamente, implicar mudanças significativas na organização dos serviços municipais;-----

----- **2.** Dizer que continuam a decorrer os trabalhos de gestão das faixas de combustíveis e referir que o Concelho integra o projeto-piloto de desenvolvimento de um sistema de avaliação de queimas de amontoados de combustível florestal e de autorização de queimadas, integrado no Programa Nacional de Redução de Ignições;-----

----- **3.** Dar nota da forma como decorreu o simulacro de incêndio florestal promovido pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, realizado no último fim-de-semana nos Concelhos de Arouca e Cinfães, em que estiveram presentes os senhores Primeiro-Ministro, Ministro da Administração Interna e Secretário de Estado da Proteção Civil;-----

----- **4.** Informar que a Equipa de Intervenção Permanente (EPI), recentemente constituída, deverá iniciar funções no início do próximo mês; -----

----- **5.** Dizer que no próximo dia 28 a Câmara irá apresentar publicamente o plano de ação que tem vindo a ser preparado para o combate à vespa velutina, comumente conhecida por vespa asiática; -----

----- **6.** Registar o facto do Centro Juvenil Salesiano de Arouca ter obtido recentemente o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, fruto da profícua atividade que tem desenvolvido ao longo dos anos.-----

----- Seguidamente pelo Vereador senhor Fernando Mendes foi presente o seguinte: -----

----- **“1. ACESSIBILIDADES/MOBILIDADE** -----

----- . LIGAÇÃO RODOVIÁRIA DE ESCARIZ À A32 -----

----- Recentemente tivemos a visita do primeiro-ministro António Costa num evento no nosso Concelho, bem como de vários Secretários de Estado, pelo que perguntamos se foi feito algum ponto de situação com a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao arranque (data) da ligação rodoviária de Escariz à A32. -----

----- **2. SANEAMENTO/AMBIENTE** -----

----- Continuamos a ouvir as pessoas a reclamar por saneamento, a gastarem em muitos casos os poucos recursos na recolha e transporte das águas residuais de fossas sépticas. Trata-se de uma necessidade básica, e que não se pode descurar, visando também a preservação do ambiente, bem como a segurança e saúde pública das populações. -----

----- Esta situação é preocupante e premente, pelo que o executivo não deve descurar este assunto. ---

----- **3. FLORESTA/CORREDOR ECOLÓGICO**-----

----- No início de 2017 foi anunciado e entretanto arrancou a construção do “Corredor Ecológico”, ao longo da ER 326-1, que liga a vila de Arouca à ponte de Alvarenga, numa extensão de 12 quilómetros; volvidos quase um ano e meio gostaríamos que nos informasse qual o ponto de situação relativamente ao projeto e desenvolvimento dos trabalhos.” -----

----- Por sua vez, o Vereador senhor Vítor Carvalho apresentou o que segue: -----

----- **“1. ACESSIBILIDADES/BURGO/MOLDES**-----

----- Para quando a melhoria da estrada municipal que liga Stº Aleixo a Porto Escuro e Forcada às Cales, que se encontra num estado lastimável e completa degradação; Já agora era importante que se tomassem diligências no sentido de avançar com o saneamento em simultâneo também na mesma ligação. -----

----- O mesmo acontece e já aqui foi referido imensas vezes e reclamado para a importância da ligação da Estrada Municipal da Igreja de Moldes a Fuste; no dia 30 de Abril na reunião da Assembleia Junta de Freguesia de Moldes, coloquei este assunto e referi que até momento nada tinha acontecido, apenas uns “esburreiros” e “mera tentativa de alargamento” feito há cerca de um ano (antes das eleições); foi-me comunicado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Moldes que eu estava mal informado relativamente ao assunto, pelo que solicito informação para quando está previsto o arranque desta obra. -----

----- **2. ESCOLA BÁSICA DE AROUCA (CENTRO ESCOLAR EB2/3 DE AROUCA)** -----

----- Qual o ponto de situação relativamente ao arranque das obras de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica de Arouca. Seria importante planejar/organizar já o arranque do próximo ano escolar tendo por base a implementação dos trabalhos.”-----

----- A propósito do referido pelo Vereador senhor Fernando Mendes a senhora Presidente disse que: -

----- 1. Aproveitou a presença dos membros do Governo no Concelho para os relembrar da premente necessidade de construção da referida ligação, sendo sua convicção que em breve haverão desenvolvimentos nesse processo;-----



----- 2. A Câmara está a trabalhar conjuntamente com a empresa Águas do Norte no sentido de ampliar a taxa de cobertura da rede de saneamento do Concelho, embora não olvide as dificuldades que advêm da enorme dispersão no território da população a servir. -----

----- 3. Os trabalhos de implantação do corredor ecológico se iniciaram com a plantação de árvores, prevendo-se que brevemente se comece a desvitalizar os eucaliptos que foram cortados previamente. No entanto, no momento a prioridade da Câmara é promover a gestão das faixas de combustível que legalmente lhe está cometida. -----

----- Acerca das questões suscitadas pelo Vereador senhor Vítor Carvalho a senhora Presidente referiu que: -- -----

----- 1. A Câmara definiu, em articulação com as Juntas de Freguesia, as prioridades de intervenção na rede viária municipal, esperando que em breve se possa reparar aquela estrada; -----

----- 3. A via referida vai ser objeto de beneficiação, estando já os serviços a preparar o processo para a abertura do procedimento concursal respetivo; -----

----- 4. O contrato de adjudicação dos trabalhos obteve muito recentemente o imprescindível visto do Tribunal de Contas, prevendo-se o seu início logo após o termo do ano letivo em curso. -----

----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- 01. ATA: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a ata número 11/2018, relativa à reunião ordinária de 3 de maio corrente. -----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la. -

----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- Nada a registar. -----

----- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 94, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €6.325.335,05 (seis milhões trezentos e vinte e cinco mil trezentos e trinta e cinco euros e cinco cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respetivamente, €5.902.734,07 (cinco milhões novecentos e dois mil setecentos e trinta e quatro euros e sete cêntimos) e €422.600,98 (quatrocentos e vinte e dois mil seiscentos euros e noventa e oito cêntimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 10.ª ALTERAÇÃO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a 10.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual não resulta qualquer alteração da dotação global definida, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquele documento. -----

----- **05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 10.ª ALTERAÇÃO:** -----

----- Foi presente a 10.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €87.000,00 (oitenta e sete mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquela alteração. -----

----- **06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/REUNIÃO ORDINÁRIA - ALTERAÇÃO DO LOCAL:** -----

----- Pela senhora Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “As reuniões da Câmara Municipal realizam-se, por força da deliberação tomada em 19 de outubro do ano findo, no Edifício dos Paços do Concelho. -----

----- No entanto, considerando a importância da aproximação aos munícipes dos atos de tomada de decisão por parte dos órgãos do Município, incentivando a sua participação cívica, proponho que a primeira reunião ordinária do próximo mês de junho, marcada, por força daquela deliberação, para o dia 5, se realize no Centro de Interpretação das Pedras Parideiras, sito no lugar de Castanheira, freguesia de Albergaria da Serra.” -

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

----- **07. ENSINO BÁSICO/PLANO ANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o plano anual de transportes escolares para o ano letivo 2018/2019. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele plano. -----

----- **08. CULTURA/REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL – ADJUDICAÇÃO:** -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe, acompanhadas dos relatórios preliminar e final elaborados pelo júri que procedeu à sua análise. -----

----- Face às conclusões do referido júri, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção do Vereador senhor Fernando Mendes, adjudicar os trabalhos à concorrente Activcolor Reabilitação e Construção Unipessoal, Ld.ª, pelo valor proposto de €101.194,08 (cento e um mil cento e noventa e quatro euros e oito cêntimos). -----

----- **09. CULTURA/REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL – GESTOR DO CONTRATO – DESIGNAÇÃO:** -----

----- Pela DPO foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Prevê o artigo 290º-A do CCP, que o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- Prevê, ainda, o mesmo artigo, que, ao gestor do contrato, podem ser delegados poderes para adoção de medidas corretivas, caso este detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devendo comunicá-las de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentando as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas. -----

----- Com efeito, proponho que a Câmara delibere: -----

----- 1. Designar como gestor de contrato da obra referida em epígrafe, o técnico superior do quadro deste Município, Sr. Eng.º José Carlos Martins de Andrade; -----

----- 2. Delegar poderes no gestor do contrato para adoção das medidas corretivas, acima referidas, caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devendo comunicá-las de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentando as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção do Vereador senhor Fernando Mendes, aprovar aquela proposta. -----

----- 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/XIV OPEN DE TÊNIS DE AROUCA – REGULAMENTO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o despacho da senhora Presidente, proferido no uso da competência excecional prevista no número 3, art.º 35.º, do RJAL aprovado pela Lei número 75/2013, de 12 de setembro, mediante o qual aprovou o regulamento do XIV Open de Ténis de Arouca, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ratificar o despacho que antecede. ----

----- 11. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/JUNTA DE FREGUESIA DE S. MIGUEL DO MATO - MANUTENÇÃO DO RELVADO DO ESTÁDIO DA PORTELADA - COMPARTICIPAÇÃO: -----

----- Foi presente o ofício registado sob o número 1.900, em 3 de abril último, da Junta de Freguesia de S. Miguel do Mato, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a manutenção do Estádio da Portelada. ----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, atribuir a comparticipação de até €20.352,00, pagável em quatro prestações no decurso do corrente ano, a primeira de imediato e as seguintes no final de cada trimestre subsequente, devendo os serviços, previamente ao pagamento, confirmar as razoáveis condições do relvado. -----

----- 12. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/TARGA CLUBE – RALI CASINO ESPINHO – APOIO: -----

----- Foi presente a carta registada sob o número 2.844, em 10 de maio corrente, do Targa Clube, com sede na Rua Guilherme Bonfim Barreiros, 264, cidade do Porto, a solicitar o apoio da Câmara para a realização, em estradas do Município, do Rali Casino Espinho, “prova única e exclusiva da Taça de Portugal de Ralis, com a disputa de provas especiais durante o dia de sábado 13 de Outubro do corrente ano”. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder o apoio logístico necessário à garantia da segurança e do socorro dos participantes e da população, até ao valor máximo de €4.000,00 (quatro mil euros). -----

----- 13. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/TORNEIO DE FUTEBOL INTERFREGUESIAS INFANTIL/JUVENIL – REGULAMENTO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o regulamento do Torneio de Futebol Interfreguesias Infantil/Juvenil Verão 2018, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. ----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele regulamento. -

----- 14. AÇÃO SOCIAL/A4-ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ALCOÓLICOS DE AROUCA – PROGRAMA DE PARCERIAS PARA O IMPACTO – CARTA DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO SOCIAL: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma informação da DDS a dar conta que a A4- Associação de Apoio a Alcoólicos de Arouca pretende apresentar uma candidatura, no âmbito do POISE, ao “Programa de Parcerias para o Impacto”, propondo que a Câmara se constitua Investidor Social no projeto a candidatar, suportando 30% do investimento total previsto naquela candidatura. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, constituir-se investidor social na candidatura apresentada pela referida associação, assumindo, no caso de essa candidatura vir a ser aprovada, o compromisso de comparticipar com a importância de €105.552,91 (cento e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois euros e noventa e um cêntimos), valor este distribuído pelos três anos de execução do projeto. -----

----- 15. URBANIZAÇÃO/ARRANJO URBANÍSTICO DE BELECE - BENEFICIAÇÃO DA URREIRA A BELECE E ROTUNDA NA INSERÇÃO COM A E. M. 504 - AQUISIÇÃO DE TERRENO: -----

----- Pela senhora Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “O Sr. Joaquim Manuel Rodrigues de Paiva, contribuinte n.º 100 586 341, juntamente com a sua esposa, Maria Dirce Pereira de Bastos Paiva, contribuinte n.º 100 586 350, dispõem-se a vender, com destino ao “Arranjo Urbanístico de Belece - Beneficiação da Urreira a Belece e Rotunda na Inserção com a EM 504”, pelo preço global de 106€, uma parcela de terreno com a área de 106 m² a destacar do seu prédio rústico, sito no lugar de Belece, freguesia de S. Miguel do Mato e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 1.354 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 1483, que confronta do norte com os vendedores, do sul com a estrada, nascente com Alcino Santos Carvalho e do poente com Gaspar da Conceição Soeira, devidamente identificada a vermelho na planta em anexo. -----

----- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

----- 16. CEMITÉRIOS/ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL – INÍCIO DE PROCEDIMENTO: -----

----- Pelo Vereador senhor António Tavares foi presente a seguinte proposta: -----

----- “O Regulamento do Cemitério Municipal, aprovado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 48/770, de 18 de dezembro de 1968, e que entrou em vigor no dia 1 de abril de 1969, desde essa data, ou seja há quase 50 anos, nunca sofreu qualquer alteração, nem sequer adaptação às disposições legais e regulamentares que sobre o assunto foram sendo publicadas, nomeadamente o Decreto-lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na redação atual. -----

----- Durante estes anos, a sociedade e a realidade do Município sofreu igualmente profundas alterações, que têm necessariamente de ter reflexos na Regulamentação. -----

----- Pretende-se com o presente procedimento iniciar a elaboração de um novo Regulamento do Cemitério Municipal. -----

----- Assim propõem-se que a Câmara Municipal delibere:-----

----- 1. Em cumprimento do disposto no artigo 98º do Código do procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro), iniciar o procedimento de elaboração da Proposta de Regulamento do Cemitério Municipal; -----

----- 2. Em cumprimento do disposto no artigo 55.º do Código do procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro), que seja delegada no Chefe da Divisão de Ambiente e Urbanismo, Eng.º Norberto Augusto Rodrigues de Castro, a direção do procedimento. -----

----- 3. Que seja a publicitação pública legalmente prevista e que os interessados podem apresentar contributos para Praça do Município, 4540-001 Arouca, ou através de correio eletrónico para geral@cm-arouca.pt.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede. -----

----- **17. BOMBEIROS/ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FAJÕES – SUBSÍDIO:**-----

----- Pela senhora Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “As Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários que operam na área do Município, enquanto associações de direito privado sem fins lucrativos, são instituições que se distinguem pelos serviços que prestam à comunidade e à causa pública, designadamente em situações de emergência e catástrofes, sendo os principais intervenientes na defesa, socorro e segurança dos cidadãos.-----

----- Entre outras atividades, integram a sua missão, o combate a incêndios, o socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades, assim como o socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar.

Para além disso, as instituições têm-se mostrados disponíveis para colaborar com a autarquia na realização das suas competências, designadamente no âmbito da proteção civil, da participação e colaboração em eventos e da realização de outras ações necessárias à satisfação das necessidades da população do concelho. -----

----- Ciente do esforço financeiro que o desenvolvimento destas atividades encerra, a autarquia tem vindo a atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca, enquanto instituição com a maior abrangência territorial, um subsídio anual a título de comparticipação nas despesas de funcionamento. -----

----- Porém, os serviços de proteção e socorro na parte da área territorial do concelho delimitada pelas freguesias de S. Miguel do Mato, Fernedo, Escariz e Mansores têm vindo a ser assegurados pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, pelo que será justo que esta instituição beneficie de um subsídio da autarquia com a mesma finalidade.-----

----- À atribuição de subsídios no âmbito da proteção civil não é aplicável o Regulamento para a Concessão de Apoios ao Desenvolvimento Cultural, Social, Recreativo e Desportivo em vigor no Município. -----

----- De acordo com o previsto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12.9, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, assim como apoiar atividades de interesse para o município, designadamente no âmbito da proteção civil. -----

----- Com efeito, proponho: -----

----- A atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, no valor de €7.500,00, a título de comparticipação nas despesas de funcionamento com as atividades desenvolvidas no concelho na área que integra as freguesias de S. Miguel do Mato, Fervedo, Escariz e Mansores.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

----- 18. DEFESA DO AMBIENTE/CONSTRUÇÃO DE TRÊS PONTOS DE ÁGUA PARA COMBATE A INCÊNDIOS NO BALDIO DA AMEIXIEIRA, CURRAIS E CALES – PROTOCOLO:-----

----- Foi presente a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Concelho Diretivo dos Baldios da Ameixieira, Currais e Cales e o Município de Arouca, tendo como por objeto “regular a colaboração para construção de três pontos de água a integrar na rede municipal de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI), localizados na Unidade do Baldio da Ameixieira, Currais e Cales, Perímetro Florestal da Serra da Freita”, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a minuta que antecede. -----

----- 19. DEFESA DO AMBIENTE/INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – AÇÃO DE REARBORIZAÇÃO – PARECER:-----

----- Foi presente o ofício registado sob o número 2.495, em 23 de abril findo, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a solicitar o parecer a que se refere o n.º 1, art.º 9.º, do Decreto-Lei número 96/2013, de 19 de julho, sobre o pedido de autorização prévia para a realização de ações de (re)arborização na freguesia de Escariz, apresentado por F. M. P. T Unipessoal, Ld.ª.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, emitir parecer favorável, com o voto a favor desse parecer do Vereador senhor Fernando Mendes e a abstenção dos demais membros do executivo. -----

----- 20. ENERGIA/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO DE PREÇOS LIVRES – ANÚNCIO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS: -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara o anúncio, o programa de procedimento e o caderno de encargos para a aquisição de serviços de fornecimento de eletricidade em regime de mercado de preços livres.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a referida prestação de serviços, fixar em €1.715.270,50 (um milhão setecentos e quinze mil duzentos e setenta euros e cinquenta cêntimos) o respetivo preço base, adotar o procedimento de concurso público com publicidade internacional

para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, de acordo com a informação do DAGF que se encontra a instruir o processo e nos termos do disposto no CCP. -----

----- **21. TURISMO/REQUALIFICAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DA PARADINHA – ESTUDO PRÉVIO:--**

----- Foi presente à consideração da Câmara o estudo prévio referente ao projeto para a requalificação da Praia Fluvial da Paradinha. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deixar o assunto para estudo.

----- **22. LICENCIAMENTO DE OBRAS/METALÚRGICA M. V. & VIEIRA, LD.^a, (CORUTO, ESCARIZ): --** -----

----- Foi presente o processo de obras n.º 8/2015, de Metalúrgica M. V. & Vieira, Ld.^a, com sede na Rua da Banda Musical, 351, freguesia de Fajões, município de Oliveira de Azeméis, acompanhado do requerimento registado sob o n.º 725/DAU, em 8 de maio corrente, a solicitar a prorrogação do prazo da licença de construção n.º 44/2016. -----

----- Face à informação do Gabinete Via Verde, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido. -----

----- **23. LICENCIAMENTO DE OBRAS/GOMES & LAMEIRINHAS, LD.^a, (CORUTO, ESCARIZ): -----**

----- Foi presente o processo de obras n.º 9/2015, de Gomes & Lameirinhas, Ld.^a, com sede em Parameira, freguesia de Fermedo, deste concelho, acompanhado do requerimento registado sob o n.º 724/DAU, em 8 de maio corrente, a solicitar a prorrogação do prazo da licença de construção n.º 42/2016. -----

----- Face à informação do Gabinete Via Verde, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido. -----

----- **24. LICENCIAMENTO DE OBRAS/J. LISBOA UNIPessoal, LD.^a, (CORUTO, ESCARIZ): -----**

----- Foi presente o processo de obras n.º 7/2015, de J. Lisboa Unipessoal, Ld.^a, com sede em Ver, freguesia de Escariz, deste concelho, acompanhado do requerimento registado sob o número 723/DAU, em 8 de maio corrente, a solicitar a prorrogação do prazo da licença de construção n.º 43/2016. -----

----- Face à informação do Gabinete Via Verde, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido. -----

----- **25. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO FERREIRA GOMES, (RUA DA BOAVISTA, AROUCA): --** -----

----- Foi presente o processo de obras n.º 145/1974, de António Ferreira Gomes, residente na Rua da Boavista, 28, nesta vila, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato. -----

----- **26. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ELZA MARIA LARANJEIRA NOGUEIRA, (VISO, ESCARIZ):-**

----- Foi presente o processo de obras n.º 138/97, de Elza Maria Laranjeira Nogueira, residente em Viso, Escariz, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato.-----

----- 27. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CARLOS ALBERTO GONÇALVES PINTO, (PARADA, SANTA EULÁLIA): -----

----- Foi presente o processo de obras número 125/03, de Carlos Alberto Gonçalves Pinto, residente em Parada, Santa Eulália, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato.-----

----- 28. LICENCIAMENTO DE OBRAS/AGOSTINHO MIGUEL DE OLIVEIRA PEREIRA, (URREIRA, ESCARIZ): -- -----

----- Foi presente o processo de obras número 140/2012, de Agostinho Miguel Oliveira Pereira, residente em Abelheira, Escariz, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato.-----

----- 29. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CONDIZ – IMOBILIÁRIA & CONSTRUÇÕES, LD.ª, (MALHADOURA, SANTA EULÁLIA): -----

----- Foi presente o processo de obras número 153/2010, de Condiz – Imobiliária & Construções, Ld.ª, com sede na Rua das Comunidades, 133, nesta vila, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato.-----

----- 30. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO DE PINHO ALMEIDA, (RUA MOUZINHO DA SILVEIRA, AROUCA): -----

----- Foi presente o processo de obras número 28/2012, de António de Pinho Almeida, residente na Rua Mouzinho da Silveira, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato. -----

----- 31. LICENCIAMENTO DE OBRAS/FERNANDO MANUEL DE SOUSA ROCHA E OUTRO, (VILA NOVA, BURGO): -----

----- Foi presente o processo de obras número 34/2014, de Fernando Manuel de Sousa Rocha e outro, residente na Rua Dr. Joaquim de Pinho Brandão, nesta vila, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato. -----

----- 32. LICENCIAMENTO DE OBRAS/HENRIQUE ALEXANDRE OLIVEIRA FERNANDES, (RUA DO BURGO, BURGO): -----

----- Foi presente o processo de obras n.º 37/2016, de Henrique Alexandre Oliveira Fernandes, residente em Sequeiros, Burgo, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato. -----

----- 33. LICENCIAMENTO DE OBRAS/PAULO ALEXANDRE DUARTE VIEIRA, (SANTO ANTÓNIO, ALVARENGA): -----

----- Foi presente o processo de obras número 412/99, de Paulo Alexandre Duarte Vieira, residente em Santo António, Alvarenga, acompanhado de uma informação da DAU a dar conta que, por não terem sido apresentados, dentro do prazo legalmente fixado, os projetos das especialidades exigidas no âmbito da operação urbanística respetiva, deve ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato. -----

----- 34. LOTEAMENTOS/FERNANDO MARQUES DA SILVA, (VESSADA, BURGO): -----

----- Foi presente o processo de loteamento n.º 2/2009, de Fernando Marques da Silva, residente na Rua Brighton, n.º 7, Bloco C, 3.º V, Estoril, acompanhado do requerimento registado sob o n.º 201/DAU, em 14 de fevereiro último, a solicitar a vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do loteamento levado a cabo em Vessada, Burgo, tendo em vista a sua receção definitiva e a libertação da caução prestada para garantir a sua boa e integral execução.-----

----- Face às conclusões da comissão de vistoria, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, receber definitivamente as obras de urbanização e mandar libertar a referida caução.-----

----- **35. DIVERSOS/CONTRATAÇÃO DE SEGUROS EM DIVERSOS RAMOS – ANÚNCIO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS:** -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara o anúncio, o programa de procedimento e o caderno de encargos referentes à contratação de seguros em diversos ramos.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a referida prestação de serviços, fixar em €220.000,00 (duzentos e vinte mil euros) o respetivo preço base, adotar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, de acordo com a informação do DAGF que se encontra a instruir o processo e nos termos do disposto no CCP.-----

----- **36. DIVERSOS/MARIA AURORA GOMES TAVARES – CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto da vistoria realizada à habitação da senhora Maria Júlia Teixeira Tavares, sita em Bugiganga, freguesia de Urrô, para verificar das suas condições de salubridade. -

----- Face às conclusões da comissão de vistorias, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, nos termos do disposto na alínea w), art.º 33.º, do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e no n.º 2, art.º 89.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, na redação em vigor, ordenar a realização das obras constantes do referido auto e no prazo aí proposto.-----

----- **37. DIVERSOS/FERNANDO ALMEIDA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIA – AUTORIZAÇÃO:**-----

----- Foi presente o requerimento registado sob o número 1.472, em 27 de maio do ano findo, de Fernando Almeida, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 730, Freguesia de Macieira de Cambra, Município de Vale de Cambra, a requerer a autorização excepcional para o exercício da atividade de venda ambulante em equipamento ou unidade móvel em espaço público no lugar e freguesia de Albergaria da Serra.-----

----- Face à informação da DAU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido por não reunir os requisitos previstos nas alíneas a) e b), n.º 2, art.º 9.º, do Regulamento para o Exercício da Venda Ambulante e da Atividade de Restauração ou de Bebidas não Sedentária, uma vez que:--

----- O equipamento móvel onde se pretende exercer a atividade, face aos materiais e cores, não se enquadra no espaço envolvente, o que contraria o disposto na referida alínea a), n.º 2, art.º 9.º;-----

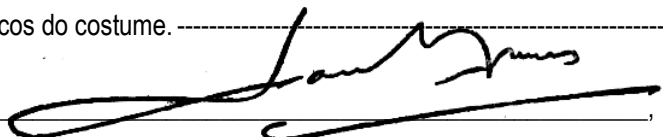
----- A ocupação do espaço destinado a lugares de estacionamento poderá originar o estacionamento na faixa de rodagem, o que pode impedir ou dificultar o trânsito de veículos, violando o disposto na alínea a), n.º 1, art.º 75.º, do regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.-----

----- 38. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS DO RIO GONDIM ENTRE VILA BOA E ALHAVAITE, 1.ª FASE – AUTO N.º 7:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 7, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €24.056,18 (vinte e quatro mil e cinquenta e seis euros e dezoito cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.-----

----- Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais públicos do costume.-----

----- E eu , Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal o subscrevi.-----

----- Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, 7 de junho de 2018.-----

A Presidente da Câmara,